

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Herbert Victor Levy — Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy — Vice-Presidente

Paulo Roberto Ferreira Levy
Henrique Alves de Araújo
Roberto de Souza Ayres
Defacir Mazzini
Benjamin Constant Correa Junior

GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 26 de janeiro de 1995

Congresso

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Executivos
Dirceu Brisola
Henrique Alves de Araújo
José Ruy Alvarez Filho
Luiz Augusto de Castro

Página 4

Na semana passada, o Congresso Nacional resolveu dar-se ao luxo de trabalhar, o que seria saudável, se o fizesse em proveito da Nação e não em benefício próprio. Em um ardiloso esforço concentrado, a Câmara aprovou o projeto oriundo do Senado concedendo anistia ao senador Humberto Lucena, e, de cambulhada, a todos os congressistas que utilizaram as instalações gráficas do Legislativo para propaganda eleitoral; em outro generoso ímpeto, os parlamentares se autoconcederam aumentos de subsídios, passando cada um a perceber quinze salários por ano; e, para não dizerem que não fizeram "alguma coisa" em favor da população, aprovaram a elevação do salário mínimo para R\$ 100.

Parte dessa trama era jogar sobre o presidente Fernando Henrique Cardoso a responsabilidade de vetar o projeto do aumento do mínimo, como já havia declarado que o faria. E vai fazê-lo por um motivo que nenhum parlamentar tem o direito de desconhecer: a Previdência Social, que já carrega um déficit de R\$ 3,5 bilhões, não tem meios para arcar com um gasto adicional estimado em R\$ 4,5 bilhões.

Fórmulas foram sugeridas para limitar a

Fidelidade e coragem

dimensão da cratera nas finanças públicas, como a manutenção do abono de R\$ 15 sobre o mínimo, a ser pago só em janeiro, cobrança de uma taxa previdenciária sobre os combustíveis e tarifas públicas. Apesar das explorações que não deixarão de ser feitas sobre o assunto, o presidente Fernando Henrique, como estadista, consciente dos danos que o aumento do mínimo agora ocasionaria para o programa de estabilização, recusou todas as opções para dourar a pílula. O salário mínimo será mantido em R\$ 70 e sua melhoria depende diretamente das reformas que o governo está empenhado em realizar, entre as quais se destaca a reestruturação do sistema previdenciário.

Há quem diga que, assim agindo, o presidente estaria fazendo "pressão" sobre o Congresso, como se não fosse o próprio Executivo o pressionado, da forma tão demagógica que foi. O chefe do governo luta pelas reformas de modo a cumprir o programa que propôs ao povo que o elegera, e este é que está exigindo que

isso se faça e que o Congresso se disponha finalmente a trabalhar para o País. Não mais nos estertores dessa legislatura que esdruxulamente se prolonga até fevereiro. Mas de lá para a frente, em todos os dias úteis e mesmo feriados e fins de semana, para corresponder às expectativas do eleitorado, que não mais aceita um Parlamento que só se reúne três vezes por semana, quando resolve concentrar-

Já passamos, felizmente, do tempo em que as críticas ao Congresso eram sempre interpretadas como suspeitas, fazendo parte de uma suposta campanha para fechar ou suspender a instituição. Alegações do gênero são hoje ridículas. O povo brasileiro fez a opção pela democracia, que não pode existir sem Legislativo. O Parlamento pode e deve ser criticado, sim, em termos duros, por suas mazelas, pela sua omisão e desleixo em relação à causa pública.

Costuma-se argumentar, por exemplo, que muitos deputados e senadores habitualmente

não encontrados em plenário estão trabalhando em silêncio nas comissões. Não é verdade. Há uma minoria de abnegados, que não desculda de suas obrigações. Mas um grande número só se faz presente quando estouram escândalos, que atraem câmeras de TV, ou quando se trata da autoconcessão de benefícios e vantagens.

A população confia em que esse tipo de democracia capenga tenha ficado para trás, como parte de um Brasil arcaico. O que o País que está surgindo requer é que seus representantes no Congresso atuem como é de seu dever, que não se omitam e votem as mudanças na Constituição e nas leis, indispensáveis para que possamos avançar e desenvolver, livres do estatismo e do corporativismo.

O atual governo, como já mostrou, tem disposição e coragem para manter-se fiel a seus mais altos compromissos. E não serão irresponsáveis, como dirigentes insanos do Sindicato dos Funcionários Públicos Federais (Sindsep), que chegam a ameaçar de seqüestro ministros de Estado, que o afastarão da rota que se traçou. Não é demais esperar do novo Congresso a mesma dignidade e caráter.